

## ENTREVISTA DE FRANCISCO FOOT HARDMAN CONCEDIDA A JAIME GINZBURG, EM 1 DE MAIO DE 2016.

Com relação ao seu livro *A vingança da Hileia. Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*,<sup>1</sup> proponho as seguintes perguntas:

O capítulo 18 de seu livro recebe o título “Espectros da nação: figuras deslocadas entre saudades e soledades”. Nesse capítulo, são traçadas linhas de um movimento de historiografia crítica da literatura brasileira. Nesse movimento estão presentes Machado de Assis, Lima Barreto, Mário de Andrade e Guimarães Rosa, entre outros. Considero a categoria do espectro muito motivadora para práticas de crítica literária, em razão de que ela permite desenvolver reflexões críticas caracterizadas por uma conjunção dinâmica entre a análise literária e a interpretação política da sociedade brasileira. Poderias explicar como essa categoria se tornou importante em suas pesquisas? Seis anos após a publicação de seu livro, você considera a noção de espectro importante para os estudos literários?

Bem, a categoria de espectros é uma confluência de várias vertentes teórico-críticas obrigatórias, a meu ver, para a leitura das culturas na contemporaneidade e desse espaço-temporalidade que Paulo Arantes denominou, recentemente, “o novo tempo do mundo”. Assim, de Marx, cujos espectros vieram até Derrida, detive-me, a partir de cursos excelentes de minha então orientadora de doutorado na Filosofia da USP, Maria Sylvia Carvalho Franco, nos anos 1980, na teoria do fetichismo da mercadoria, da grande abertura de *O capital*, de Marx, além dos *Grundrisse*, evidentemente. Esse segredo do mecanismo de conversão do trabalho vivo em apêndice do trabalho morto tem que ser devidamente compreendido em todas as suas implicações históricas, que foram e são muitas. *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, foi outra referência-chave, ensaio crítico que nos dá o “login-password” da arquitetura de toda a falsificação da vida social, em especial nos nichos universitários

---

1. FOOT HARDMAN, Francisco. *A vingança da Hileia. Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

dos pretensos filósofos e “pensadores” autoedificantes. Além disso, o fetiche tem sua reificação particularmente potencializada na chamada “sociedade do espetáculo”, e aí o trabalho de Guy Debord, cuja primeira edição é de 1967, torna-se incontornável para desvendarmos esse modelo em que a desinformação (e, a julgar pela barbárie das “redes sociais”, uma nova forma de fascismo cibernético) não se faz pela falta ou censura de notícias, mas, ao contrário, pelo excesso e dispersão de dados truncados, de frases soltas, de meias-verdades e inteiras-mentiras. Ao lado disso, o trabalho da Escola de Frankfurt sempre foi muito bem-vindo, desde que não sacralizado, como às vezes se vê por aí. Os ensaios de Adorno sobre lírica e sociedade e sobre a posição do narrador continuam de atualidade extrema. E toda a utópica e poética viagem de Ernst Bloch com seu princípio-esperança é manancial de forte inspiração inclusive literária na pesquisa espectral, assim como, sem dúvida, toda a arqueologia genial que Walter Benjamin nos legou com seu trabalho das passagens. A teoria do fetiche, modulada pela pesquisa espectral, deve admitir, por óbvio, a presença de toda a reflexão de Freud em torno das representações fantasmáticas.

Mas, voltando a Marx, que de algum modo teve a intuição visionária de que a sociedade produtora de mercadorias poderia redundar em sociedade dominada pela espetacularização do Coringa Dinheiro, foi para mim absolutamente iluminadora a passagem de *A ideologia alemã* em que se metaforizam a materialidade da falsificação da má consciência e a inversão do real mediante o recurso à “*câmera obscura*” – pois esse léxico derivado da ótica e da futura arte fotográfica e cinematográfica possui inegável força explicativa no mundo contemporâneo.

Sim, estamos até mais do que nunca enredados numa sociedade, num Estado e em práticas culturais espectrais. Continua a ser instrumento conceitual válido e utilíssimo para os estudos literários, mas também estudos culturais e ciências humanas em geral. Vou dar apenas um exemplo: em 2012, na pós-graduação em Teoria e História Literária da Unicamp, trabalhei num curso, exaustiva e quase exclusivamente, com o filme-mosaico de cerca de quinhentas horas do cineasta alemão Alexander Kluge, *Notícias da Antiguidade ideológica – Marx, Eisenstein, O capital* (2008). Foi incrível. Quero repetir a experiência a qualquer momento, quem sabe na graduação. Por que não?

**Em seu estudo sobre um poema de Augusto dos Anjos, “Os doentes”, você examina vestígios da “história do extermínio dos povos indígenas” (p. 195). Como você avalia a presença, em textos literários brasileiros, de referências a esse extermínio? Na sua opinião, como o governo federal tem lidado com esse assunto, em termos sociais e políticos?**

É, sem dúvida, uma longa história. Exatamente neste momento, na minha cátedra aqui na Universidade de Bolonha, estamos examinando, com alunas de mestrado e doutorado do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas, alguns sinais, na literatura e no cinema brasileiro, desse processo de “*longue durée*” de extermínio dos povos indígenas. E elas parecem estar aprendendo muito, e mudando sua visão paradisíaca do Brasil, o que me deixa contente. Infelizmente, no centro-sul brasileiro, em particular em São Paulo, esse tema passa longe dos cursos de letras e artes, entre outras áreas. Esse esquecimento é parte intrínseca do mecanismo de extermínio. Mas, a propósito, não posso deixar de referir aqui alguns trabalhos fundamentais para uma revisão historiográfica das construções da “cultura brasileira”. Dois ensaios do historiador Victor Leonardi, ex-professor da UnB, me parecem essenciais: *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil* (1996) e *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira* (1998). Já o etno-historiador José Ribamar Bessa Freire, professor dos programas de Memória Social (Unirio) e Estudos dos Povos Indígenas (Uerj), mantém um blogue interessantíssimo ao nosso assunto, *Taquiprati*. Suas crônicas semanais, também publicadas no *Diário do Amazonas*, de Manaus, deveriam ser leitura obrigatória de todo estudante de estudos literários: estamos, ali, diante de um grande erudito da história amazônica “sequestrada” e, acima de tudo, diante de um grande escritor. Além deles, é preciso mencionar com destaque o trabalho do colega e amigo David Treece, professor de estudos culturais brasileiros no King’s College, Londres, autor de uma tese magistral sobre a representação do extermínio na construção do Estado e da literatura nacional: *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política e o Estado-Nação imperial* (2008).

No curso de história da cultura brasileira que ofereço aqui em Bolonha, trabalhamos com o Relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña?* (2014). Quem se lembra disso? Quem menciona isso na academia, fora do circuito restrito de nossos bravos antropólogos, etno-historiadores e linguistas das línguas indígenas?

Mas estamos interessados, nesse percurso, em acompanhar as marcas sublimadas “*in crescendo*” dos massacres no campo e na floresta, desde os antológicos romances *Quarup* (1967), de Antonio Callado, e *Maíra* (1976), de Darcy Ribeiro, até essa prosa vertiginosa e chapante de *Pssica* (2015), de Edyr Augusto, que pode ser confrontada, em suas afinidades eletivas, com outros “memoriais” ou docudramas no cinema brasileiro, entre eles *Iracema, uma transa amazônica* (1974), de Jorge Bodansky e Orlando Senna, e a odisséia selvagem de Carapiru em *Serras da desordem* (2006), de Andrea Tonacci.

O governo Dilma e as forças reacionárias do Congresso brasileiro que até recentemente o sustentaram têm produzido, por ação ou omissão, grave retrocesso em relação aos direitos dos povos indígenas e da floresta, bem como em relação aos direitos ambientais que haviam sido inscritos, a duras penas, na Constituição de 1988. Mas não vale a pena só repisar o que muitas pessoas e movimentos já vêm denunciando. Reporto a fala mais verdadeira a respeito desse drama sem fim: a da líder indígena Sonia Guajajara, no ato público contra o impeachment da Dilma, na Fundação Progresso, no Rio de Janeiro, dia 11 de abril de 2016, disponível no *youtube*. Ela disse tudo e melhor do que qualquer um de nós poderia dizer.

Mas essa não é uma história nacional, até porque a relação dos povos indígenas com os Estados nacionais sempre foi contraditória, por exclusão, expulsão, extermínio ou rejeição, com duplo vetor. A mais sábia e sensível representação desse processo na América Latina contemporânea, que me impressionou muito, é o filme *El botón de nácar* (2015), do chileno Patricio Guzmán, que estabelece um liame cósmico-poético-político de raríssima argúcia e beleza entre o genocídio dos povos patagônicos pelo Estado e pelos colonizadores do extremo sul do Continente e os desaparecidos políticos da ditadura Pinochet jogados ao mar. Esse filme é continuação do seu também magistral *Nostalgia de la luz* (2012). A tradução italiana do título metafórico *El botón de nácar*, quando de seu lançamento aqui na Cineteca de Bolonha, há poucos dias, foi bastante feliz: *La memoria dell'acqua*.

**Você analisa, em seu livro, a presença do tema da ruína em Euclides da Cunha, e fala sobre um “choque babélico entre culturas descompassadas em suas paisagens e épocas” e “o encadear trágico de fracassos e incompletudes” (p. 115). São comentados textos como as crônicas sobre “cidades mortas” e os relatórios sobre as ilhas de Búzios e Vitória (pp. 119-21). Você dedica um capítulo ao estudo de *Os Sertões* como poética das ruínas, e nomeia a terceira parte do livro utilizando a expressão “poetas das ruínas”. Poderias desenvolver sua reflexão referente à presença da ruína, em especial no que se refere às imagens da Amazônia? O que motivou o seu interesse por trabalhar com esse conceito? Seria possível analisar as imagens da ruína como alegorias da história brasileira?**

Sim, a ruína é um signo incontornável da história. Esse tema me perseguiu desde o doutorado em filosofia na USP, que resultou no livro *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-*

*Mamoré e a modernidade na selva.*<sup>2</sup> Já o cenário da história amazônica e suas “brutalidades antigas”, para tomar uma expressão atribuída a Euclides da Cunha, esteve sempre na base dessa reflexão. Entre as fontes mais remotas, há o ensaio do filósofo e ideólogo da Revolução Francesa, Volney, *Les ruines, ou méditation sur les révolutions des empires* (1791), que constrói sua reflexão justamente a partir da contemplação das ruínas de Palmira, em uma viagem que fez a Damasco, e aí podemos ver a atualidade de sua visão. Mais que isso: ele é incontestavelmente uma das fontes não citadas (devido à censura na Prússia) de Hegel na arquitetura de sua filosofia da história, na ideia da prosa da história como tendo essa fonte primordial: a contemplação das ruínas das civilizações decadentes ou extintas.

No Brasil, entre outras regiões dominadas pela preexistência de povos tradicionais, essa evocação pode ser muito iluminadora, com um agravante: aqui, as ruínas não são visíveis ou acessíveis mediante restos de monumentos ou registros de alguma escrita. Povos sem história, portanto? Não, a moderna etno-história e a etnolinguística estão aí para desmentir esse chavão tradicional da historiografia positivista.

Por exemplo, no caso do genocídio do povo Waimiri-Atroari, entre o Amazonas e Roraima, entre as décadas 1960-70, em que mais de 2 mil indígenas foram mortos por militares, outros agentes do Estado e empreendedores privados, durante a construção da BR-174 (rodovia Manaus-Boa Vista), não temos nenhum indício monumental de sua desaparecimento, nem tampouco escrituras primárias. Mas, de outra parte, a reconstituição dessa tragédia pode ser feita graças à memória oral de testemunhas vivas ou descendentes e graças também a muitos desenhos feitos pelas vítimas ou parentes.

Isso guarda forte similaridade, podemos logo reconhecer, com a questão da dialética memória X esquecimento no caso de processos de repressão totalitária ou autoritária por agentes estatais ou particulares, em regimes ditatoriais ou em guerras coloniais ou pós-coloniais por todo o mundo, da Indonésia ao Vietnã, da Rússia à Alemanha e à Turquia, da Itália ao Brasil, do Cone Sul à América Central e ao México, de Angola à Nigéria e a Moçambique, da Síria ao Iraque e ao Afeganistão. A diáspora dos sem-memória, hoje, pode ser lida e narrada na saga dos milhões de refugiados do Oriente Médio, Sul asiático e Norte africano em direção às cada vez mais vigiadas e impermeáveis fronteiras da Europa. A boa arte sai como sempre na frente no registro

---

2. FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; 2. ed. rev. e ampl., 2005.

e na reflexão dessas ruínas do presente, dessas vozes inaudíveis, embora neste caso mais do que visíveis. Há muitos exemplos notáveis, felizmente.

O tema dos refugiados de hoje, da diáspora massiva, conduz-nos à escravidão das populações africanas no capitalismo colonial emergente nas Américas, a partir do século xv-xvi. Quantas guerras e ruínas nesse longo processo?

No caso dos meus trabalhos anteriores, ainda na graduação e mestrado, foram a grande imigração de trabalhadores despossuídos europeus e a formação do moderno trabalhador urbano-industrial no Brasil que me atraíram como tema, em plenos anos de chumbo da ditadura. As primeiras agremiações de socorro mútuo, o teatro operário de fatura complexa, a imprensa livre dos anarquistas, o ideário e a produção contraditória e riquíssima de uma “cultura operária” urbana como negação e confronto do Estado oligárquico – e as memórias fragmentárias e esquecidas desse passado dissolvido pela repressão jurídico-policia e pela narrativa oficial da esquerda stalinista – foram matéria de crítica e de pensamento de uma “outra história literária possível”, sintetizada no livro *Nem pátria, nem patrão!*,<sup>3</sup> depois complementada em *Contos anarquistas*,<sup>4</sup> este trabalho em colaboração com o colega e amigo Arnoni Prado e, mais recentemente, com a historiadora Cláudia Leal. Foi nesse contexto, digamos, que a ideia de “ruínas do presente” foi sendo aos poucos elaborada.

Que elos históricos subterrâneos poderiam ser estabelecidos entre as culturas libertárias marginais urbanas do início do século xx e os atuais, criativos e revolucionários movimentos de inovação da linguagem poética, musical, teatral, cinematográfica das periferias urbanas brasileiras? Notável, a esse propósito, esse Manifesto “Periferias Contra o Golpe”, lançado na internet a partir de 9 de abril passado. Notável no ritmo, no texto incisivo, na constelação horizontal, diversificada e libertária de quase quinhentos grupos e movimentos que o subscrevem. A meu ver, de longe, o melhor texto produzido sobre a atual crise brasileira. Nas minhas aulas aqui em Bolonha, tentei uma experiência nova: ler em voz alta o Manifesto como uma poesia hip-hop, como um rap do Brasil trágico que alucina

---

3. FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão!*. São Paulo: Brasiliense, 1983; 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2002.

4. FOOT HARDMAN, Francisco; PRADO, Antonio Arnoni. *Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil, 1901-1935*. São Paulo: Brasiliense, 1985; FOOT HARDMAN, Francisco; PRADO, Antonio Arnoni; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *Contos anarquistas: temas & textos da prosa libertária no Brasil (1890-1935)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

mas não perde a lucidez do instante nem a liberdade que é luta. Houve sinergia com as alunas. Aqui, sim, temos algo que poderia ser próximo a um elo de um novo modernismo.

Não creio, por tudo isso, que o signo das ruínas seja alegoria “exclusiva” ou “específica” da história brasileira, mas um sintoma, no sentido próprio de sinal, da história moderna e contemporânea. Suas formas e modalidades certamente variam no espaço-tempo das sociedades e paisagens, inclusive no Brasil.

**Na página 70, estudando viagens de Euclides da Cunha, você cita a seguinte frase do escritor: “É a imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens”. Em nota de rodapé, faz uma aproximação entre essa frase e um conto de Alberto Rangel, “Obstinação”. Você poderia comentar sua interpretação da frase, fazendo referência de modo mais detalhado ao texto de Rangel? Como podemos entender a imagem de uma “sociedade torturada”, nessa frase?**

Essas imagens, tanto em Euclides da Cunha quanto em Alberto Rangel, remetem ao organicismo como método de reflexão e representação, inclusive estética. Digamos que, nesses autores, como em outros do período, a deformação monstruosa de organismos letais que aprisionam, afinal, o corpo, seja o corpo humano, seja sua prolongamento como corpo social, é uma construção que alcança uma sorte de “supernaturalismo”, herdeiro, por um lado, de matrizes românticas e elemento atuante e de muito relevo, por outro lado, em vertentes importantes dos modernismos. Nas artes visuais, por exemplo, essa representação alcança resultados notáveis no chamado expressionismo.

Alberto Rangel precisaria ser mais lido e estudado, é um dos maiores escritores e ensaístas do início do século passado. Além de *Inferno verde* (1907), seu outro ainda mais esquecido livro de narrativas curtas amazônicas, *Sombras n'água* (1913), compõe um quadro literário de rara beleza e densidade dramática. Rangel influenciou diretamente, por exemplo, o colombiano José Rivera, autor do canônico *La vorágine* (1924), matriz hispano-americana dessa visão da selva tentacular, em que natureza-sociedade se fundem na fabricação de desastres socioambientais inapeláveis. A condição de trabalho dominante na floresta invadida pela civilização colonizadora é a da escravidão moderna, indissociável da tortura e do extermínio como métodos.

Mas basta ler *Pssica* (2015), de Edyr Augusto, para notar que essa história trágica, de violência extrema, continua suas narrativas velozes e brutais nas periferias urbanas da Amazônia contemporânea.

**Na apresentação ao número 11 da Revista *Remate de Males*,<sup>5</sup> você indicou, ao caracterizar a importância dos textos de Brito Broca e relatar um seminário dedicado ao autor, ocorrido na Unicamp, que um de seus objetivos consistiu em abordar a “história literária não como uma série à parte, mas como capítulo organicamente articulado da história da sociedade e da cultura” (p. 10). Como você avalia hoje, de modo geral, as perspectivas acadêmicas de estudos de história literária no Brasil? Você tem observado, em suas atividades de pesquisa, a produção de estudos literários, nos últimos anos, capazes de refletir respeitando essa articulação orgânica?**

Esse seminário Brito Broca a que você se refere foi por mim organizado e realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp em 1991. Culminava uma primeira fase de criação e organização do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio (Cedae), que coordenei entre 1989 e 91. Acho que essa marca historiográfica e documental tem sido das grandes contribuições do IEL aos estudos da área de linguagem, tanto na história e historiografia literárias, quanto nos estudos culturais, de etnolinguística, psicolinguística e sociolinguística, entre outros campos. Note que, ao batizarmos o Cedae, falamos em “documentação cultural” e não meramente literária ou linguística. Não vejo, pessoalmente, outro caminho viável. Infelizmente, perspectivas “mit”, isto é, multi-, inter- ou transdisciplinares enfrentam ainda muita resistência, seja da burocracia universitária, seja de agências de fomento ou mesmo de nossas grades curriculares obsoletas. Somos capazes de ir a um congresso celebrar a crise dos paradigmas em ciências humanas apontada por vários pensadores desde a conjuntura em torno ao Maio de 68 e depois voltar para nossas aulas em cursos de graduação ancorados em conceitos e esquemas de 1930! Acho que o grande mal de nossos atuais costumes acadêmicos chama-se especialismo. Coordenei, entre 2009 e 2013, na Unicamp, um grupo de trabalho interdisciplinar para a criação de uma nova graduação e novo programa de pós-graduação em estudos contemporâneos, mas a resistência de departamentos ensimesmados e autorreferentes foi fatal para o fracasso do projeto. Não houve surpresa, apenas a constatação de que estamos realmente muito atomizados, muito “desarticulados, organicamente”. E note bem: a maior resistência à mudança não veio nem das ciências da natureza ou da área tecnológica, nem tampouco da área de saúde, mas sim

---

5. FOOT HARDMAN, Francisco. “Introdução: um historiógrafo da vida literária”. *Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária*. Campinas, Unicamp, n. 11, pp. 7-10, 1991.

de certos setores das ciências humanas, ocupados mais com questões de poder do que com educação e conhecimento.

Em suma: sou bastante cético em relação à permanência de habilitações específicas em letras ou linguística, por exemplo. E também acho que as pesquisas da área deveriam se abrir completamente às fronteiras amplas das ciências humanas. O que, na prática, vale reconhecer, tem acontecido, sim, com maior ou menor frequência, apesar de tantos bloqueios institucionais e mentais.

**Você tem desenvolvido reflexões sobre o momento atual do Brasil, em termos políticos e sociais. Como tem sido a experiência, como intelectual, de pensar com clareza e rigor sobre esse momento? Na sua opinião, de que maneiras a consideração de períodos caracterizados por regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, pode contribuir para reflexões sobre o presente?**

Quando veio o golpe de 64, eu tinha doze anos e estava entrando no chamado ginásio. Quando vieram as grandes ondas e depois os grandes abismos de 68, eu estava com dezesseis anos e começava a cursar o ensino médio, o chamado colegial. Minha memória disso tudo é muito viva, e tem se reavivado ainda mais intensamente, hoje, na crise política sistêmica brasileira atual, assim como na minha docência, porque, desde 2014, sozinho ou em colaboração com o colega Alcir Pécora, temos oferecido cursos na graduação do IEL, em especial no período noturno, em torno das várias representações culturais da ditadura militar (de literatura de ficção a cinema documentário ou ficcional, de memórias de antigos militantes e vítimas do terrorismo de Estado a memórias e biografias de perpetradores, de ensaios histórico-políticos a textos teatrais, de reportagens investigativas a romances de testemunho, de filmes a depoimentos vivos de personagens do período, de relatórios a fotos etc.). E, no meu caso, esses cursos, materiais, diálogos voltam como bumerangues batendo no fundo da alma e nas travas doces e amargas da memória, liberando a passagem do grande rio do esquecimento e interdi-tando a morte. Eu entrei no primeiro ano de graduação em ciências humanas em 1971, governo Médici, horror dos horrores. Mas, sim, considero-me um privilegiado: havia na Unicamp recém-fundada um curso de bacharelado generalista em ciências humanas, coisa que talvez soará surreal hoje. Mas quero dizer que por formação ou de-formação, como queiram, eu que aprendi a defender, por questão de sobrevivência, o espaço da universidade pública como um bem comum maior em contraposição à barbárie

moderna e à violência estatal, que sabia ser muito clara essa diferença e essa função; não posso deixar de lamentar a atual cisão entre “vida acadêmica” e “vida pública”. E acho que aqueles que se incomodam com isso e permanecem ainda na universidade devem contribuir, dos modos que lhes forem próprios, para uma reversão dessa tendência. Mas, sem querer ser pessimista, antevejo um aprofundamento da crise atual da universidade pública brasileira, que será sempre uma torre inclinada enquanto não houver a necessária revolução, em todo o país, da escola pública de ensino fundamental e médio.

No caso da atual conjuntura, creio que estamos vivendo um retrocesso em termos de legalidade democrática. O impeachment de Dilma é só a ponta do iceberg de uma grande onda reacionária, que pretende atacar e eliminar direitos trabalhistas, dos povos indígenas, das populações rurais, do meio ambiente, direitos civis, políticos, sociais e culturais. Não é apenas um “retorno” a 1964, creio tratar-se de tentativa de uma restauração oligárquica plena, ao modo da chamada República Velha, só que *hi-tech*, com um centro difuso, muito mais grana, muito mais armas e o poder incomensurável das mídias eletrônicas, que se assenhorearam de uma concessão pública e podem mandar sem ser mandadas, podem mentir sem ser desmentidas. Os personagens, os podres poderes legislativos-jurídicos, o mandonismo econômico local associado à financeirização global, a polícia militarizada que mata clandestinamente “muito bem, obrigado” e dispensa a ação das Forças Armadas, todos esses elementos estão presentes.

Até a elite paulista bacharelesca está voltando à primeira cena, com a bênção da gloriosa Faculdade do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo. De Reale Pai a Reale Filho, temos uma via reta e direta, na configuração desse momento “fascio-coxinha”, uma corte nada invejável que tem de príncipe-sociólogo a “liberais que não se liberaram jamais” (com a licença de João Cabral de Melo Neto), juízes partidários a deputados bandidos, constitucionalistas do pé quebrado a planejadores do caos, com a adesão ufanista, afinal, de um ex-capitão do Exército nascido em Campinas, carioca de adoção, deputado federal e pré-candidato à Presidência, que melhor representa a impunidade à tortura e aos torturadores no Brasil.

Como já analisei desde meu ensaio *Trem-fantasma* (1988), aqui a história não se repete meramente como farsa, mas sempre como tragédia, como pesadelo sem fim, como espectro vivo e violência permanente.